

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

CLAUDILENE DOS SANTOS SILVA

INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO PROCESSO DE LEITURA

BELÉM
2018

CLAUDILENE DOS SANTOS SILVA

INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO PROCESSO DE LEITURA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado à Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Biblioteconomia, orientada pela Prof.^a Nara Raimunda de Almeida Santos.

BELÉM
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586i Silva, Claudilene dos Santos

Inclusão de Crianças Autista no Processo de Leitura / Claudilene dos Santos Silva. - 2018.

42 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Orientação: Prof. Nara Raimunda de Almeida Santos

1. Leitura. 2. Biblioterapia. 3. Autismo. 4. Educação inclusiva. I. Santos, Nara Raimunda de Almeida, orient.
II. Título

CDD 028.55

CLAUDILENE DOS SANTOS SILVA

INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO PROCESSO DE LEITURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Biblioteconomia, submetido à Banca Examinadora.

Aprovado em: ___/___/_____

Conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Esp. Nara Raimunda de Almeida Santos - Orientadora
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Esp. Oderle Milhomem Araújo
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. MSc. Williams Jorge Correa Pinheiro
Universidade Federal do Pará – UFPA

Dedico à minha linda família, Flavio Lopes (marido),
Juan Matheus (filho) e Julianne Gonçalves (filha), por
serem a razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por permitir alcançar mais uma conquista.

À minha mãe, Quirina Silva, por ser exemplo de garra, fé e perseverança.

Ao meu marido, Flavio Lopes, pela paciência e amor que me tem concedido.

À minha irmã Cleonildes Silva, que apesar da distância sempre me acompanhou me motivando a cada conquista.

À professora Nara Santos, pela orientação, sempre disposta a ajudar.

Às minhas amigas Isabela Santana e Andressa Ferreira, que me deram força e juntas conseguimos esta tão sonhada conquista.

À professora Franciele Redigolo pelo incentivo ao pré-projeto.

Ao professor Edmilson Lima e sua equipe do Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes- (CRIE) pela atenção e colaboração com as informações.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

A leitura é primeiramente um acontecimento solitário, um encontro privado com outro mundo, sozinho com o livro, sozinho consigo mesmo.

Marc-Alain Ouaknin

RESUMO

Apresenta a importância da leitura na socialização de crianças com Transtorno do Espectro autista (TEA) como terapia para otimizar seu aprendizado a relação interpessoal do indivíduo, incentivando sua autonomia e interação social através da biblioterapia, destacando o papel do bibliotecário neste contexto enquanto agente de transformação social na mediação da leitura. A metodologia foi realizada em duas etapas: pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos e pesquisa de campo, através da observação por meio da coleta de dados com aplicação de questionários direcionados à equipe multidisciplinar do Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes (CRIE) onde atendem 21 crianças com TEA da rede municipal de educação. A partir desta investigação, conclui-se que a inexistência de projetos de incentivo à leitura para as crianças autistas salienta a falta de um bibliotecário nesta instituição para selecionar literaturas específicas ajustadas às necessidades desses indivíduos de modo a ajudá-los a alcançar bons resultados educativos, aplicando o método de leitura que julgue mais eficaz para melhorar suas competências cognitivas e sociais.

Palavras-chave: Leitura. Autismo. Biblioterapia. Educação inclusiva.

ABSTRACT

It presents the importance of reading in the socialization of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) as a therapy to optimize their learning the interpersonal relationship of the individual, encouraging their autonomy and social interaction through bibliotherapy, highlighting the role of the librarian in this context as a transformation agent in the mediation of reading. The methodology was carried out in two stages: bibliographic research in books and scientific articles and field research, through the observation through data collection with application of questionnaires directed to the multidisciplinary team of the Center for Reference in Educational Inclusion Gabriel Lima Mendes (CRIE) where 21 children with ASD from the municipal education network attend. Based on this research, it is concluded that the lack of reading incentive projects for autistic children highlights the lack of a librarian in this institution to select specific literatures tailored to the needs of these individuals in order to help them achieve good educational results, applying the method of reading that he deems most effective to improve his cognitive and social skills.

Keywords: Reading. Autism. Bibliotherapy. Inclusive education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Autismo

APA – American Psychiatric Association

CRIE - Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes

DSM-5 - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

PROATEA - Programa de Atendimento às necessidades específicas do Transtorno do Espectro Autista

TEA - Transtorno do Espectro Autista

TID – Transtorno Invasivo do Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ENTENDENDO O AUTISMO	13
2.1 Causas	14
2.2 Diagnóstico.....	14
3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL.....	17
4 INCENTIVO À LEITURA PARA FORMAÇÃO DE LEITORES.....	19
5 BIBLIOTERAPIA PARA CRIANÇAS AUTISTAS.....	21
6 METODOLOGIA	24
6.1 Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes (CRIE).....	24
7 RESULTADOS E OBSERVAÇÕES COM BASE NA LITERATURA	27
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICE A	39
ANEXO A.....	40

1 INTRODUÇÃO

O Autismo ou Transtorno do Espectro do Autista (TEA) é uma subclassificação do transtorno do neurodesenvolvimento, os sintomas são pouco perceptíveis e costumam ser reconhecidos durante o segundo ano de vida da criança (12 a 24 meses), embora possam ser vistos antes dos 12 meses de idade, se os atrasos do desenvolvimento forem graves, ou percebidos após os 24 meses, se os sintomas forem mais sutis. Dificuldades nas habilidades de interação social e comunicação associadas a comportamentos repetitivos e interesse em movimentos estereotipados são algumas características que identificamos nestes indivíduos.

O autismo atinge 2 milhões de pessoas no Brasil e 70 milhões no mundo, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). O *Center of Diseases Control and Prevention* (CDC), órgão ligado ao governo dos Estados Unidos, revela que uma criança a cada 100 nasce com TEA. A quantidade de meninos autistas é quatro vezes maior do que em meninas, porém elas tendem a ser severamente afetadas. Os transtornos autísticos são relativamente raros na população em geral se comparados a outros transtornos (ex.: síndrome de Down), o que ocasiona uma diminuição na oferta e demora de serviços nos centros de atendimento especializado.

Apesar dos relativos avanços na legislação, a carência ou a baixa incidência de pesquisas brasileiras e programas sociais voltado para portadores de TEA, faz com que mitos e crenças sejam alimentadas pelo desconhecimento da população, dificultando a inclusão de crianças especiais no convívio social.

Colaborar para a integração entre usuário e informação é uma das contribuições do profissional da informação, mas em alguns casos nem mesmo o usuário sabe sinalizar sua dificuldade. É o caso das pessoas com deficiência ou transtorno mental. As crianças autistas aparentemente não apresentam nenhum sinal físico do transtorno, porém sua dificuldade está na relação interpessoal. É neste momento que o bibliotecário deve ter o conhecimento e percepção para orientá-lo e conduzi-lo em suas pesquisas ou incentivo à leitura.

Sabemos que a leitura para muitos é uma atividade prazerosa e que podemos utilizá-la como forma de auxílio no tratamento de algumas enfermidades. Deste modo, agir como educador também é uma das funções do bibliotecário que tem

como objetivo principal levar a informação de modo a incluir todos os indivíduos com a leitura.

Em nosso país, há poucos registros de trabalho com terapia, sobretudo especializada em autismo (OLIVEIRA, 2016). Com o intuito de reduzir comportamentos repetitivos e aquisição de linguagem, propõem-se o incentivo à leitura como forma de promover o aprendizado e interação social.

O bibliotecário enquanto agente de integração de conhecimento, deve contribuir para a socialização do indivíduo e ao mesmo tempo incentivar sua autonomia na busca de informação.

Durante minha trajetória no curso de Biblioteconomia observei uma necessidade de discussão sobre acesso de pessoas especiais em unidades de informação, visto que é um assunto com baixa visibilidade ou quase inexistente dentro desta área. Acredito que mostrar a importância da leitura para crianças autistas possa contribuir para que a sociedade em geral reflita em como podemos identificar ou criar situações de interação social, respeitando suas limitações.

Pais e professores devem ter uma atitude ativa no estímulo da leitura e promoção do saber. Assim sendo, de que maneira o bibliotecário pode contribuir para a socialização das crianças autistas?

O estudo tem como objetivo geral: Mostrar a importância do incentivo à leitura para o desenvolvimento social de crianças autistas

E tem como objetivos específicos: estudar a importância da leitura para verificar a viabilidade da biblioterapia na socialização das crianças autistas; investigar como se dá a prática da leitura para crianças autistas atendidas no Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes (CRIE).

A metodologia desenvolvida foi a pesquisa de campo com levantamento bibliográfico do tipo exploratória. Através deste estudo buscou-se reunir argumentos de pesquisadores de diversas áreas que embase a pesquisa e como o bibliotecário pode contribuir para o incentivo à leitura a crianças autistas.

A análise qualitativa dos dados ocorreu a partir dos resultados do questionário aplicado no CRIE mediante as respostas obtidas referente ao conhecimento que os entrevistados de como é feito o incentivo à leitura com os alunos com TEA. Os dados foram avaliados de forma isolada, considerando-se cada questão.

2 ENTENDENDO O AUTISMO

O termo AUTISMO tem origem da palavra grega (*autos*) que quer dizer por si mesmo e foi criado pelo psiquiatra Eugen Bleuler, em 1911, o primeiro a difundir o termo para caracterizar a pessoa com grande dificuldade ou impossibilidade de comunicação, que não tinha distinção da realidade e apresentava dificuldade em se relacionar com os demais, o que definiu o autismo como uns dos sintomas da esquizofrenia (GADIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004, p.83) e (MENALI, 2015, p.14).

Os primeiros estudos sobre o Autismo que se tem registro, foram publicados pelo médico psiquiatra austríaco Leo Kanner (1943), e o austríaco Hans Asperger (1944), observando o comportamento de crianças que atendiam, uma inabilidade interpessoal e incapacidade de estabelecer relações de maneira normal com as pessoas e na fase inicial de suas vidas.

Para Baptista e Bosa (2002) tanto Kanner quanto Asperger empregaram o termo para chamar a atenção sobre a qualidade do comportamento social que perpassa a simples questão de isolamento físico, timidez ou rejeição do contato humano, mas se caracteriza, sobretudo, pela dificuldade em manter contato afetivo e recíproco.

As síndromes autísticas e a de Asperger são síndromes originadas de alterações precoces e fundamentais no processo de socialização, levando a uma cascata de impactos no desenvolvimento da atividade e adaptação, da comunicação e imaginação sociais, entre outros comprometimentos. Muitas áreas do funcionamento cognitivo estão frequentemente preservadas e, às vezes, os indivíduos com essas condições exibem habilidades surpreendentes e até prodigiosas. (KLIN, 2006, p.10).

O Autismo é definido por Mello (2007), como um desenvolvimento anormal caracterizado por alterações presentes desde idade muito precoce, geralmente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano afetando a comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5):

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de

comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Considerando que os sintomas mudam com o desenvolvimento, podendo ser mascarados por mecanismos compensatórios, os critérios diagnósticos podem ser preenchidos com base em informações retrospectivas, embora a apresentação atual deva causar prejuízo significativo” (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014 p.75).

O autismo é um transtorno que afeta toda a família, pois a criança autista, dependendo do grau do acometimento, demanda muitas vezes dedicação exclusiva de seu cuidador ou educador.

2.1 Causas

As causas do autismo são desconhecidas, para Mello (2007), podem estar relacionadas a fatos ocorridos durante a gestação ou no momento do parto. Acredita-se que esteja em anormalidades em alguma parte do cérebro ainda não definida de forma conclusiva e, provavelmente, de origem genética. Martins (2010), também afirma que tanto os genes como fatores ambientais estiveram correlacionados com muitos casos diagnosticados.

2.2 Diagnóstico

O transtorno do espectro autista somente é diagnosticado quando os déficits característicos de comunicação social são acompanhados por comportamentos excessivamente repetitivos, interesses restritos insistência nas mesmas coisas (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Mello (2007) complementa que o diagnóstico de autismo é feito basicamente através da avaliação do quadro clínico e que não existem testes laboratoriais específicos para a detecção do autismo.

Por ser um diagnóstico difícil e complexo de se concluir, as crianças com sinais sugestivos de TEA, devem ser encaminhadas a uma equipe de profissionais da saúde para avaliar criteriosamente as habilidades da criança incluindo os perfis

de desenvolvimento, cognição, comunicação, sensorialidade, motricidade e comportamento.

De um modo geral, as manifestações comportamentais de uma criança autista, são:

- isolamento social;
- hiperatividade;
- não possui o contato visual;
- possui movimentos estereotipados e repetitivos;
- usa objetos de forma incomum;
- usa as pessoas como ferramenta, e entre outros.

O TEA é uma subclassificação do transtorno do neurodesenvolvimento onde engloba outros transtornos como: o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação da American Psychiatric Association, (2014, p.853). Ele é caracterizado em 3 níveis centrais (descritos no quadro 1), por déficits em dois domínios centrais:

- 1) déficits na comunicação social e interação social e;
- 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades.

Os níveis de gravidade do transtorno são avaliados de acordo com a comunicação social e o comportamento restritivo e repetitivo que o indivíduo apresenta, veja no quadro 1:

Quadro 1- Níveis de gravidade para transtorno do espectro autista

Nível de gravidade	Comunicação social	Comportamento restrito e repetitivo
Nível 3 “Exigindo apoio muito substancial”	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.
Nível 2 “Exigindo apoio substancial”	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros.	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.
Nível 1 “Exigindo apoio”	Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais.	Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.

Fonte: AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (2014)

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL

Quando se fala em inclusão, o sentido é muito intenso, não se limita somente à escola, mas refere-se a toda área que uma pessoa ocupa, seja escolar, profissional, pessoal ou social. (OLIVEIRA, 2008).

O Decreto federal nº 3.956/2001 (BRASIL, 2001), com base na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, declara que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Esse Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Quando se pensa em termos de inclusão, é comum a ideia de simplesmente colocar uma criança que tem autismo em uma escola regular, esperando assim que ela comece a imitar as crianças normais, e não crianças iguais a ela ou crianças que apresentam quadros mais graves. Podemos dizer, inicialmente, que a criança com autismo, quando pequena, raramente imita outras crianças, passando a fazer isto apenas após começar a desenvolver a consciência dela mesma, isto é, quando começa a perceber relações de causa e efeito do ambiente em relação a suas próprias ações e vice-versa. (MELLO,2007, p.41).

A Lei Federal 12.764/2012 (BRASIL, 2012) institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista dentre outros direitos, dá acesso à educação e ao ensino profissionalizante[...] também determina que o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa, e em caso de reincidência deverá haver a perda do cargo.

Apesar da existência da legislação, a falta de profissionais qualificados e informados sobre este assunto ainda é um fator que impede que a lei possa ser cumprida e impede essa interação social aos portadores do TEA.

Para que haja a inclusão social para todos, é preciso mudar a forma de pensar e agir, respeitando o outro como ele é, observando as diferenças e o tempo de aprendizagem de cada ser (OLIVEIRA, 2008, p.43).

Como o ambiente escolar é lugar de formação de indivíduos para a vida, não se deve esquecer que crianças especiais e, também, aquelas que possuem certos déficits de aprendizagem, como os alunos de salas de recursos, também necessitam de uma metodologia que lhe seja capaz de transmitir conhecimentos, pois, como estão em um ambiente diverso, cabe ao professor ser o mediador de um conteúdo propício a todos. (PELIN, 2013, p.23).

A inclusão só é de fato verdadeira quando o indivíduo é tratado como um ser único, para que suas necessidades sejam atendidas evitando a generalização ou a padronização de métodos de ensino-aprendizagem.

A escola para ser inclusiva precisa se adaptar a todos os alunos, não só ao especial, reestruturando sua organização escolar e pedagógica para que cada aluno faça parte da instituição, receba um atendimento especializado e de qualidade para que possa estudar e viver socialmente. Contudo, quando ocorre apenas o processo de integração ao aluno especial possibilita-se a inserção em uma sala de aula onde irá interagir com os demais, participando das aulas, cumprindo seu “dever” de aluno, mas a escola não muda a sua estrutura para que isso aconteça; simplesmente o aluno com necessidades especiais será tratado como igual a todas outras crianças (MARTINS, 2011, p.13).

Para que a inclusão aconteça, apenas a criação da lei que dá direitos igualitários de benefícios e programas sociais, não será válida, se não capacitarem profissionais para atenderem as necessidades desses indivíduos.

A inclusão educacional não deve ser apenas dada por leis e modismos. A inclusão é direito da criança e dever do Estado, visto que a educação é um direito de todos. Todos os direitos que o portador de necessidade especial conquistou, e vem conquistando, é uma luta árdua que já vem sendo trabalhada há muito tempo (MENALI, 2015, p.25).

Assim como o indivíduo autista precisa do convívio social, também necessita de atendimento diferenciado, pois possuem limitações acentuadas de acordo com sua particularidade.

4 INCENTIVO À LEITURA PARA FORMAÇÃO DE LEITORES

A leitura, derivada da palavra ler, é um processo de apreensão de algum tipo de informação armazenada num suporte e transmitida mediante determinados códigos, como a linguagem (Martins, 1983). Que pode ser uma atividade individual ou coletiva.

Para Roque e Canedo (2015), a introdução da criança no mundo da leitura deve ser um processo que se inicia antes da alfabetização, através de estratégias de leituras que estimule a criatividade, submetidas tanto pelos professores e quanto pela família. Por isso, a família exerce um papel fundamental de estimular e incentivar a criança a ler desde o nascimento e ao longo de toda sua infância.

“O hábito da leitura fortalece o estreito relacionamento entre o ensino e a aprendizagem. O que proporciona um melhor desempenho das crianças no futuro, sendo: melhores leitores, competentes, críticos, confiantes e independentes” (NUNES et al, 2012, p.4).

Pelin (2013), ressalta que a inclusão do indivíduo no meio social depende do patrimônio cultural que lhe é transmitido, com isso, faz do processo educativo fundamental ao seu desenvolvimento, focados na educação, promovendo suporte para alavancar a formação da personalidade e do caráter do ser humano.

A leitura compartilhada, é uma estratégia de leitura que possibilita formar leitores e se destaca pelo ato de um adulto ler histórias, lendas, contos, narrativas para outros, e nesta dinâmica as crianças têm oportunidade de ampliar seus conhecimentos literários sem saber ler convencionalmente. É um passo importante para um bom desempenho no processo de alfabetização. (NUNES et al., 2012).

Muitas crianças ao ingressarem na escola não desenvolveram ainda o interesse para leitura, esperados para sua idade e ao longo dos primeiros anos de escolarização continuam se mostrando pouco receptivas à leitura (ROQUE; CANEDO, 2015). Porém para Nunes et al. (2012), deve-se entender que gostar de ler não é dom, mas um hábito que se adquire. Através da leitura, o leitor começa a desenvolver o poder da imaginação, reflexão e argumentação. Criança que gosta de livro adquire com mais rapidez qualidades como a criatividade, autoconfiança, senso crítico e facilidade de captar a dinâmica do mundo que a cerca.

Ao adotar a leitura e a interpretação como terapia, o indivíduo explora a liberdade de criar novos sentidos a partir do lido, tendo como transferir seus sentimentos para além de si, proporcionando conforto contribuindo para o bem-estar físico e mental das pessoas, completa Albuquerque et al. (2002).

O bibliotecário, enquanto transformador social, exercendo seu papel de mediador e disseminador da informação, deve despertar e estimular as crianças o gosto pela leitura para que possa atrair o leitor ao livro. A priori ele deve conhecer o perfil do seu público alvo para que possa atender as necessidades do leitor, facilitando o contato da criança com os livros tornando uma experiência prazerosa e agradável.

O gosto pela leitura é construído em um processo que é individual e social ao mesmo tempo, pois ouvir histórias é tanto para quem sabe quanto para aquele que não sabe ler. O professor deve entender e compreender as dificuldades particulares de cada aluno, e deve, ao mesmo tempo, estimulá-los a produzirem e ouvirem textos, para que assim ele possa desenvolver suas competências e habilidades, estimulando a leitura como um processo de libertação da criatividade e da reflexão crítica do cidadão (ARANA, 2015, p.4).

Assim, o incentivo à de leitura para as crianças deve ser feito por profissionais que conheça a necessidade de cada indivíduo, selecionando as literaturas certas para despertar o interesse de seu leitor.

5 BIBLIOTERAPIA PARA CRIANÇAS AUTISTAS

Biblioterapia, termo de origem grega, *Biblion* (todo tipo de material bibliográfico ou de leitura) + *Therapein* (tratamento ou cura) é a terapia por meio de livro, assim conceituada por vários autores (OUAKNIN, 1996; KOMOSINSKI; ZORDAN; MENEGOLLA, 2007).

Para Orsini (1982) apud Caldin (2001), a biblioterapia é uma técnica que pode ser utilizada para fins de diagnóstico, tratamento e prevenção de moléstias e de problemas pessoais. Classificou os objetivos como sendo de nível intelectual, nível social, nível emocional e nível comportamental. Assim, a biblioterapia auxilia o autoconhecimento pela reflexão, reforça padrões sociais desejáveis, proporciona desenvolvimento emocional pelas experiências vicárias e auxilia na mudança de comportamento.

A terapia através da leitura é muito usada em clínicas e hospitais em diversos tipos de pacientes para leitores e não leitores, de qualquer faixa etária e que tem por objetivo a recuperação psicoemocional.

Ao estudar pacientes internados em clínicas médicas, a prática biblioterapêutica, demonstrou ser útil no processo de sociabilização, pois a leitura pode levantar questões, com as quais, o paciente pode compartilhar e conversar com outras pessoas. O conhecimento da existência de outras pessoas com problemas semelhantes, ou piores do que os seus, pode dar mais coragem para enfrentar seus próprios problemas, diminuindo seu "isolamento" e solidão (SEITZ, 2006).

A leitura com objetivo terapêutico é antiga e muitos registros atestam essa utilização. Uma técnica de aconselhamento é naturalmente um biblioterapeuta que pode ser qualquer um dos profissionais que atuarão conjuntamente neste programa: psicólogo, educador, bibliotecário ou assistente social (FERREIRA, 2003). Porém nem sempre a intervenção é bem realizada porque os profissionais não têm capacitação para tratar de autismo especificamente.

O método biblioterapêutico consiste em uma dinamização e ativação existencial por meio da dinamização e ativação da linguagem. As palavras não são neutras. A linguagem metafórica conduz o homem para além de si mesmo; ele se torna outro, livre no pensamento e na ação (CALDIN, 2001).

Para auxiliar o professor na sua tarefa de educar o aluno com autismo, de modo que ele desenvolva adequadamente as competências cognitivas e sociais, existem diversas formas de ensino estruturado que visam orientar o professor com a demanda trazida por pessoas com autismo, nos diferentes graus apresentados pelo Transtorno. [...] Neste sentido a preparação do professor para lidar com os alunos com autismo é de suma importância, pois este profissional é um dos principais responsáveis pela construção do conhecimento pedagógico no aluno, bem como, os valores e as normas sociais (PAPIM; SANCHES, 2013, p.12)

A Biblioterapia se constitui então num processo interativo de sentimentos, valores e ações, tendo como resultado final um processo harmônico e equilibrado de crescimento e desenvolvimento pessoal (FERREIRA, 2003, p.38).

O comportamento é o ponto chave para se realizar a terapia nesta abordagem. Perceber quais são as variáveis e os reforçadores que atuam para a manifestação do comportamento expresso, possibilita perceber a gama de variáveis como indício de como atuar para modificá-los. (PAPIM; SANCHES, 2013, p. 37).

Albuquerque et al. (2012) ressaltam que é importante o biblioterapeuta conhecer o problema do seu paciente antes da seleção do material a ser utilizado formulando hipóteses quanto ao impacto que este terá sobre o tratamento, observando os objetivos traçados, pois estes elementos comprometem a qualidade do resultado.

Quanto à linguagem, pode-se encontrar crianças autistas sem expressão verbal e com dificuldades de comunicação em outras vias, como gestos, manifestação facial incompreensível para outros. Todavia, também há autistas que apresentam linguagem verbal, entretanto a mesma é repetitiva e não comunicativa. Muitas das crianças que possuem linguagem verbal repetem somente o que lhes foi dito, esse fenômeno é conhecido como ecolalia imediata (MARTINS, 2011, p.15).

Os estudos anteriormente descritos revelam que o uso de recursos visuais (as imagens do computador, os mapas e os organizadores gráficos) e a mediação sistemática durante a leitura favorecem a compreensão leitora de alunos com autismo. (NUNES; WALTER, 2016. p.628). Como a criança interage pouco, tem dificuldades em imaginar cenários, personagens, cenas.

O bibliotecário que pretende atuar como biblioterapeuta, deve estar ciente que a socialização ajuda na aquisição de conhecimentos. Deverá agir de forma humana, compreensiva, e respeitosa de forma a entender as diferenças em que seu leitor se apresenta.

Segundo Munhoz et al. (2010), o bibliotecário enquanto agente cultural se torna elemento imprescindível para manutenção dessas atividades, expandindo seu contexto tradicional – a biblioteca. São inúmeras as possibilidades de ações, restando ao bibliotecário utilizar-se de elementos diversos para diminuir a lacuna estabelecida entre os leitores e os livros.

O bibliotecário como gestor da informação tem um importante papel de transformador social podendo contribuir positivamente para a comunidade, trabalhando na formação de novos leitores, apoiando projetos de incentivo à leitura, incentivando a pesquisa e a valorização da cultura.

Para Albuquerque et al. (2012), “a biblioterapia é uma técnica que visa mudança de comportamento através do autoconhecimento, compreensão, identificação com personagens, discussão e comentários de textos que trazem a reflexão e a exposição de sentimentos do indivíduo, produzindo um alívio que os leva a superar seus problemas”.

Leite (2009) observou que a terapia através da leitura pode trazer mudanças benéficas no comportamento através de contação de histórias e com atividades lúdicas para o grupo no qual se destina, porém deve ser estudado e considerar suas particularidades, fazendo um planejamento adequado de acordo com o hábito de leitura e condições físicas e psicológicas do indivíduo. Dessa forma, torna-se indispensável a atuação de uma equipe multidisciplinar composta por exemplo: bibliotecários, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, enfermeiros e outros.

6 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado em duas etapas, sendo a primeira parte uma pesquisa bibliográfica para nortear as questões levantadas para observação de campo através da leitura seletiva em periódicos, livros e Internet. A segunda etapa foi desenvolvida a partir da aplicação de um questionário direcionados aos profissionais do Programa de Atendimento às necessidades específicas do Transtorno do Espectro Autista (PROATEA) do Centro de Referência CRIE para investigar como se dá a prática da leitura, socialização e aprendizagem em crianças autistas e também verificar a importância da leitura para crianças autistas para seu desenvolvimento social.

A pesquisa deste trabalho é do tipo exploratória com levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, pois segundo Marconi e Lakatos,2008:

Pesquisa de campo é aquela utilizada como objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou a relação entre eles. (MARCONI; LAKATOS,2008, p.69)

Os dados coletados foram obtidos por meio de visitas no Centro de Referência CRIE com observação direta das atividades. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário (APENDICE A) contendo 7 perguntas objetivas de múltipla escolha e abertas sobre as atividades relacionadas à leitura direcionadas aos profissionais que atendem os alunos com TEA onde se buscou levantar questões pertinentes ao estudo para esclarecer que métodos e ferramentas são utilizadas para o estímulo e incentivo à leitura.

6.1 Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes (CRIE)

Para atender a demanda e necessidades da educação especial em Belém, o Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes- (CRIE) localizado na Avenida Gentil Bittencourt nº 694 no Bairro de Nazaré – Belém/PA,

atualmente coordenado pela Pedagoga/Psicopedagoga Clínica Céli Denise Correa da Costa Mestre em Educação Especial.

Surgiu com o objetivo de promover e fomentar a inclusão de alunos com deficiência nas salas regulares das escolas municipais de Belém através de Núcleos, Programas e Projetos que realizam o atendimento exclusivo ao aluno especial e suas famílias. Realiza o atendimento educacional especializado, por meio das 67 Salas de Recursos Multifuncionais localizadas em escolas-polo do município, beneficiando cerca de 1200 alunos com deficiência - física, auditiva, visual, intelectual, múltipla e surdos-cegos, alunos com transtorno do espectro autista e com altas habilidades. Nas Salas de Recursos Multifuncionais - SRM localizadas nas escolas municipais espalhadas pelos 08 distritos administrativos municipais (Belém, Entroncamento, Sacramenta, Guamá, Benguí, Outeiro, Icoaraci e Mosqueiro), o aluno é atendido por professores formados em Educação Especial. Naqueles espaços, encontram recursos pedagógicos e de acessibilidade, conforme as necessidades específicas.

Figura 1: Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes



Fonte: <http://criebelem.blogspot.com.br/>

Para o atendimento às crianças autistas, foi criado o PROATEA o qual faz o atendimento multidisciplinar composta por fonoaudiólogos, psicopedagogos e psicólogos entre outros. Possui assessoramento nas escolas e ações voltadas para

a inclusão, direcionado aos 21 alunos autistas matriculados na rede municipal de ensino. A equipe interdisciplinar tem como responsável o psicólogo e professor Edmilson Lima. O programa foi implementado com base na Lei Federal nº12.764 (BRASIL, 2012) (ANEXO A) que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, segundo a qual os autistas passam a ser considerados pessoa com deficiência, tendo direito as todas as políticas de inclusão do país.

Bosa (2006), em suas pesquisas, enfatizou que a eficácia do tratamento depende da experiência e do conhecimento dos profissionais sobre o autismo e de sua habilidade de trabalhar em equipe e com a família.

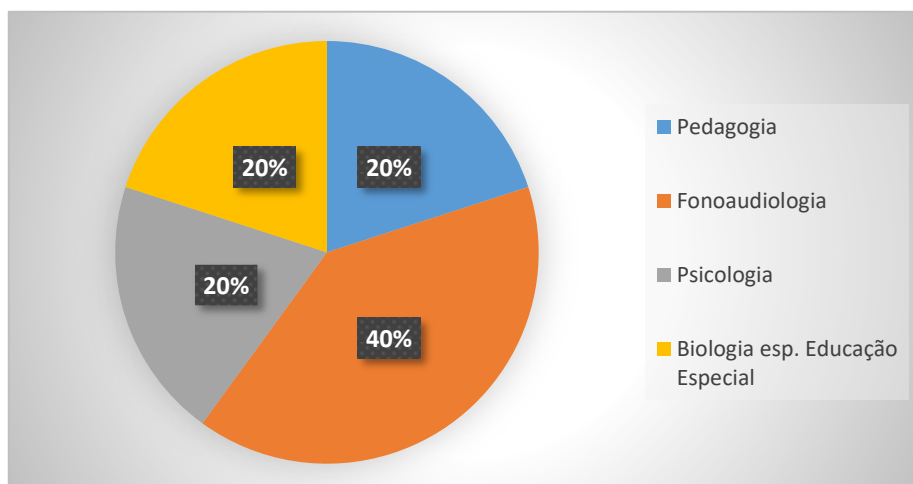
Assim sendo, o problema de pesquisa parte em investigar e discutir de que forma o bibliotecário pode contribuir para o desenvolvimento e socialização das crianças autistas e a importância da leitura no processo ensino-aprendizagem.

7 RESULTADOS E OBSERVAÇÕES COM BASE NA LITERATURA

As perguntas aqui analisadas e discutidas individualmente, foram extraídas do questionário respondidos pela equipe multidisciplinar de profissionais do CRIE com o objetivo de coletar informações sobre o incentivo à leitura das 21 crianças autistas que são assistidas pelo projeto PROATEA da rede municipal de ensino. Os resultados obtidos nesta pesquisa serão explanados na sequência que elas aparecem, onde os gráficos representarão as perguntas.

A primeira pergunta foi feita para conhecermos quais os profissionais que trabalham exclusivamente com as crianças do grupo analisado (Gráfico 1)

Gráfico 1. Qual a sua formação acadêmica?



Fonte: elaboração da autora.

O Gráfico 1 representa a formação acadêmica dos profissionais que trabalham exclusivamente com as crianças autistas do CRIE, a partir das respostas podemos observar que a equipe é multidisciplinar, e isso é um fator positivo na aprendizagem do aluno autista, pois segundo Mosquiera e Teixeira, (2010), acreditam que a efetiva participação e colaboração dos pais, familiares e uma equipe multidisciplinar, além reduzir comportamentos inadequados possa contribuir com outras aprendizagens.

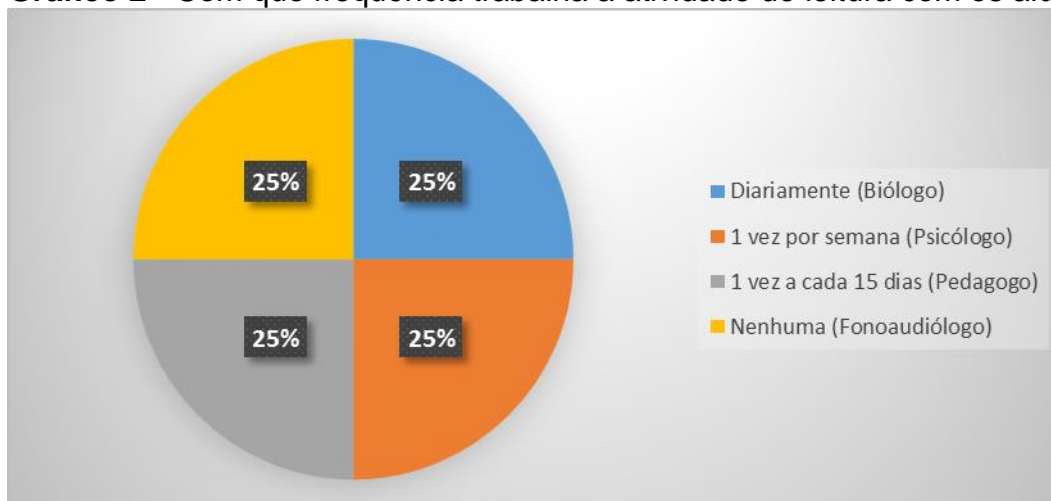
A cooperação entre neurologistas, psiquiatras, neurocientistas, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e educadores é crucial não somente para impulsionar o entendimento dos TEA e permitir um manejo mais adequado desses indivíduos durante toda a sua vida, mas também

para permitir uma visão mais clara do ser social como um todo (GADIA et al., 2004).

É de grande importância de uma equipe multidisciplinar no acompanhamento do ensino-aprendizagem da criança com TEA pois elas possuem limitações como: desvios de linguagem, déficits cognitivos e interação social.

A segunda pergunta se refere atividade de leitura trabalhada com as crianças autistas de acordo com cada profissional. (Gráfico 2)

Gráfico 2 - Com que frequência trabalha a atividade de leitura com os alunos?



Fonte: elaboração da autora.

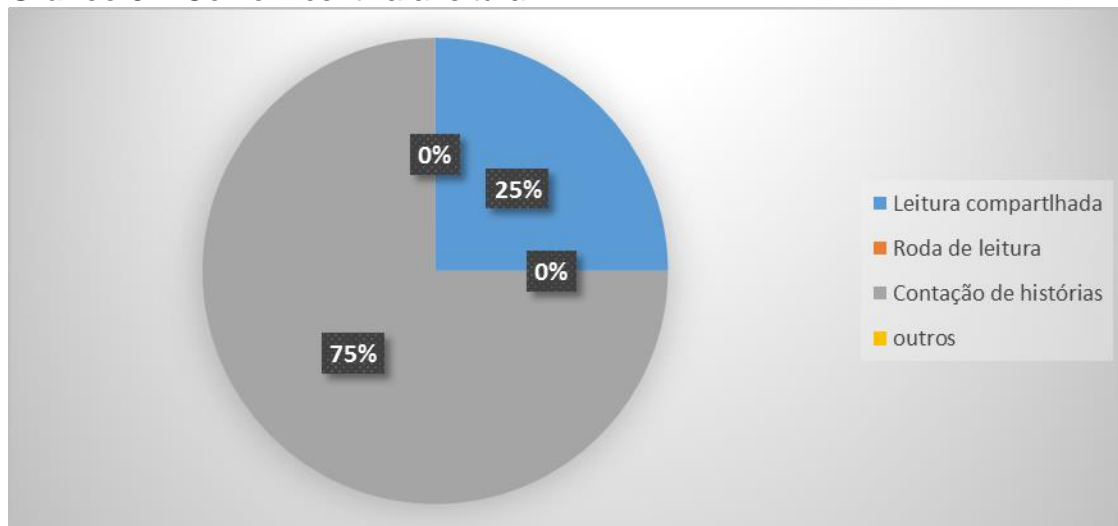
De acordo com os dados obtidos podemos perceber que a atividade de leitura é pouco explorada pelos profissionais desta instituição.

Através da leitura pode-se extrair dos alunos sentimentos reprimidos, apaziguar emoções e colocar a criança portadora de deficiência em contato com o mundo dos livros, além é claro, de permitir uma maior interação entre o meio e o aluno. Verifica-se que a leitura para alunos portadores de deficiência com necessidades especiais favorece aos alunos um maior desenvolvimento crítico e intelecto, bem como estimula o seu imaginário, permitindo que algumas barreiras e conceitos sobre a pessoa portadora de deficiência com necessidades especiais sejam quebradas (SILVA; FACHIN, 2002, p.154).

Apesar da leitura ser muito benéfica para o desenvolvimento social da criança, deve-se respeitar como cada profissional utiliza seus métodos para estimular a socialização do grupo pesquisado.

A terceira pergunta representada no gráfico 3, vem analisar de que maneira os profissionais estimulam a leitura nas crianças com TEA.

Gráfico 3 – Como incentiva a leitura?



Fonte: elaboração da autora.

A contaçao de história é uma pratica mais evidente no estímulo à leitura pois fica a critério do educador escolher a forma mais adequada para atingir os objetivos de aprendizagem.

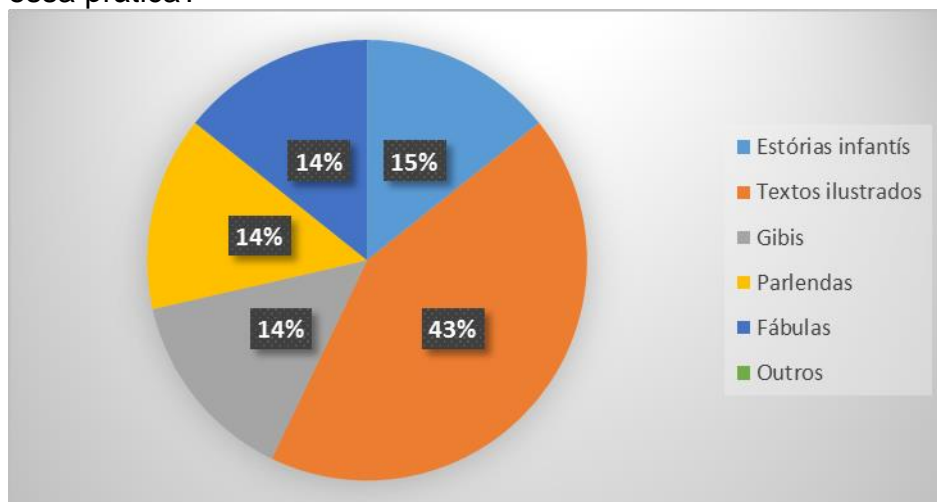
Considerando a contaçao de história como instrumento de terapia, Souza (2016) em sua pesquisa de campo com biblioterapia no tratamento de crianças autistas observou que, as histórias não podem ser longas para que a criança não perca o interesse.

A escolha da linguagem é um fator relevante, que será empregada na história a ser contada ou lida, pois o mais apropriado é dar preferência a textos que possuam um conteúdo mais concreto, ou seja, deve-se evitar o uso demasiado de figuras de linguagem, pois crianças autistas possuem dificuldades em compreender sarcasmos por exemplo (SOUZA, 2016, p.35).

Fica a critério do mediador, selecionar literaturas que despertem e estimulem e o interesse da criança pela leitura de acordo com as necessidades e/ou habilidades respeitando suas diferenças e suas limitações do leitor.

A quarta pergunta se refere ao tipo de livro/leituras que cada profissional julga mais interessante para incentivar a prática da leitura. (Gráfico 4)

Gráfico 4 - Que tipo de livro/leituras você acha mais interessante para incentivar essa prática?



Fonte: elaboração da autora.

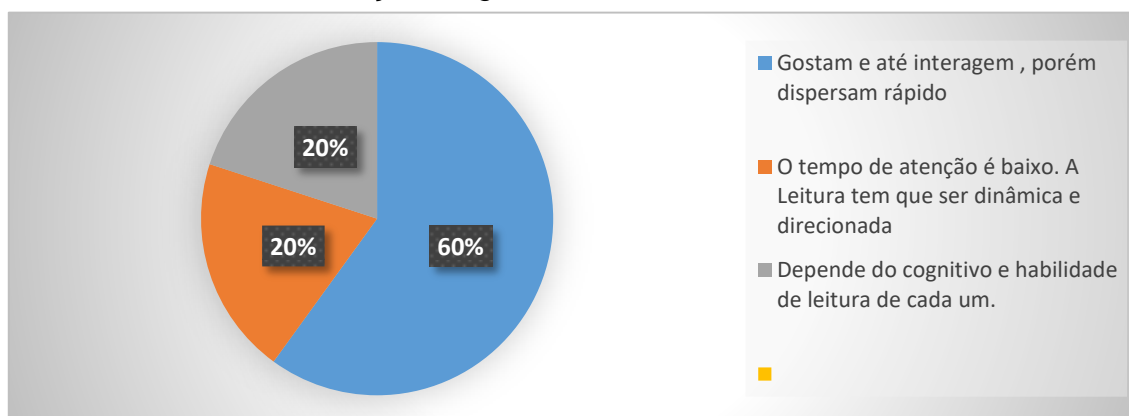
De acordo com o resultado, os textos ilustrados são os materiais de maior preferência entre os educadores.

Para ajudar os alunos com TEA, na aprendizagem da leitura e da escrita, também se pode recorrer a suportes visuais, tais como: imagens, mapas, ou palavras escritas para facilitar a aprendizagem de conceitos abstratos. Silva (2011), ressalta que fica a critério do educador o professor diversificar os materiais, utilizando estratégias e metodologias específicas adaptadas às necessidades dos alunos de modo a ajudá-los a alcançar o sucesso educativo aplicando o método de leitura e escrita que julgue mais eficaz para aquele aluno, tendo em conta as suas características específicas. Também o educador deverá evitar o uso de termos vagos, de duplos sentidos e metáforas.

Papim e Sanches, (2013), reforçam que reconhecer a tríade autista permite ao educador definir a diretriz do seu plano interventivo atuando sobre as características que julgar mais adequado ao momento da criança e do espaço em que se encontra.

A quinta pergunta investiga como as crianças reagem ao estímulo da leitura.

Gráfico 5 - Como as crianças reagem ao estímulo da leitura?



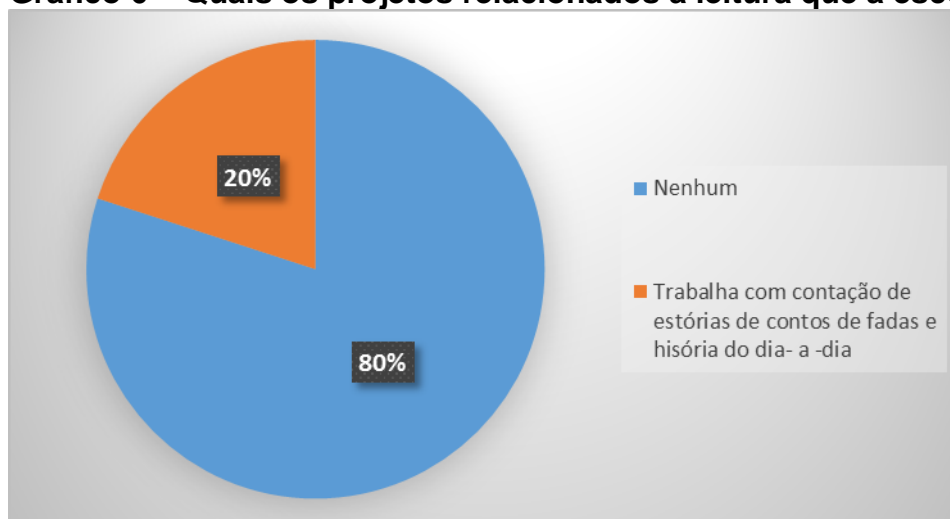
Fonte: elaboração da autora.

As crianças autistas gostam de leitura, interagem com o professor e mostram interesse, mas se distraem com facilidade. O gosto pela leitura vai depender do cognitivo e habilidade de cada indivíduo. O tempo de atenção é baixo, então a leitura deve ser dinâmica e bem direcionada.

O comportamento comunicativo durante a interação de crianças com TEA dependerá do apoio oferecido pelo adulto e destacam que este precisará se esforçar mais para eliciar a comunicação dessas crianças (DREW et al. apud BRITO 2007 p.32).

A sexta pergunta investiga quais projetos relacionados à leitura que a instituição trabalha.

Gráfico 6 – Quais os projetos relacionados à leitura que a escola trabalha?



Fonte: elaboração da autora.

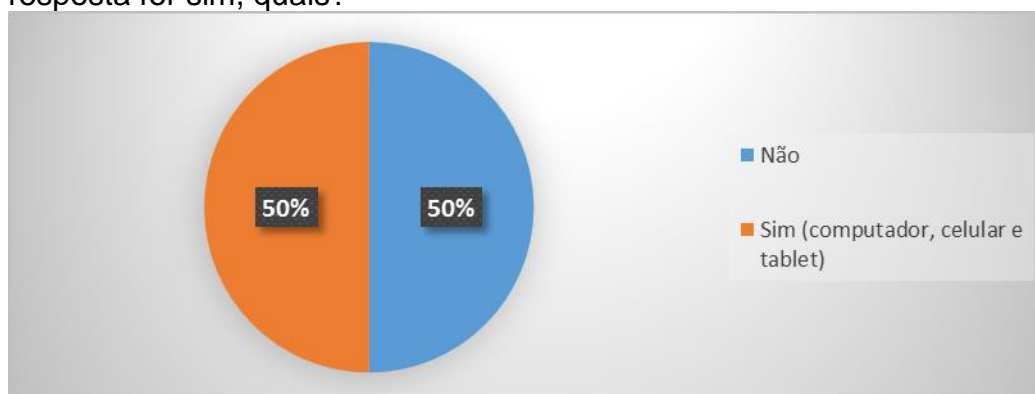
Observou-se que não há nenhum projeto específico para o incentivo à leitura.

O autismo é uma condição que acompanha toda a vida e a educação é um pré-requisito para que a pessoa com autismo adquira competências para levar uma vida funcional e autônoma. Porém, para que ocorra um bom desenvolvimento, que permita a interação do sujeito ao seu meio ambiente social, é preciso que se realize uma intervenção pedagógica que abranja, não apenas as necessidades básicas de convivência, mas que explore os limites do indivíduo a fim de ampliá-los (PAPIM; SANCHES, 2013, p.34).

A leitura pode provocar reações diversas em indivíduos diferentes, em função de suas experiências, de sua condição social ou de seu poder de percepção e de entendimento. Cada pessoa é um universo de diferenças, tendo necessidades e desejos próprios (ALVES; FACHIN; HILLESHEIM, 2006.).

A sétima pergunta está relacionada ao uso de equipamentos tecnológicos eletrônicos e se eles podem ser utilizados no incentivo à leitura.

Gráfico 7 - O uso de equipamentos tecnológicos eletrônicos auxilia na leitura? Se a resposta for sim, quais?



Fonte: elaboração da autora.

As opiniões são divergentes quando se questiona sobre o uso de tecnologias na aprendizagem do aluno autista.

Dispositivos de comunicação computadorizados têm sido especialmente projetados para crianças com autismo. Em geral, o foco está em ativar a alternância dos interlocutores e em encorajar a interação [...]. Outro fator em favor do uso de computadores é que o material visual é mais compreendido e aceito do que o verbal. No entanto é importante advertir que os computadores podem também aumentar “obsessões” por tecnologias (HOWLIN apud BOSA 2006, p.48).

Atualmente é comum o uso de tecnologias utilizadas processo ensino-aprendizagem, porém deve ser utilizado de forma cautelosa para que o aluno não se prenda somente a esses recursos, podendo até prejudicar suas relações interpessoais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo pode se concluir que o a educação especial é uma temática interdisciplinar que envolve diferentes áreas do conhecimento como: a biologia, medicina, psicologia, pedagogia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, biblioteconomia, entre outros profissionais, que possam contribuir para a autonomia e desenvolvimento social dos indivíduos com TEA.

Durante o desenvolvimento, deste trabalho, buscou-se investigar e conhecer a criança autista e os meios de intervenções que possibilitaram uma melhora na interação social desse grupo estudado, observando os caminhos já explorados e os que ainda podem ser estimulados a partir da leitura.

Observou-se que a pesar de cada indivíduo, pode e responde de forma diferenciada dificultado a formação de grupos, exigindo muito mais da criatividade do educador para adotar metodologias que sejam atrativas e despertem o interesse do aluno.

Notou-se também que quanto mais precoce for o diagnóstico melhor será resposta do aprendizado e a comunicação da criança com TEA.

Através dos resultados extraídos dos questionários não foi possível demonstrar na prática a que leitura possa servir de terapia nos processos de comunicação e interação social da criança e comportamento, pois ainda não há nenhum projeto na instituição estudada voltados nessa metodologia.

O bibliotecário enquanto educador poderá atuar na contação de histórias atividade esta que requer algumas técnicas adquiridas durante a formação desse profissional, mostrando que tem competências e habilidades para atuar como mediador de leitura, através de atividades orais recreativas, visando a aproximação de seus usuários que pode ser na biblioteca ou outro espaço educacional.

A inexistência de projetos de incentivo à leitura para as crianças autistas nos mostrar que não basta criar estruturas para atender o que recomenda a lei, é preciso também capacitar os profissionais a trabalhar com as crianças especiais de acordo com suas necessidades educacionais específicas em um processo educativo que ajude a construir suas estruturas afetivas, sociais e cognitivas que pode ser de forma individual ou em pequenos grupos, de acordo com necessidade de cada um.

Para o profissional da informação em sua função de transformador social e disseminador da informação cabe a responsabilidade de gerar questionamentos e debates sobre a acessibilidade e inclusão de destes indivíduos na sociedade.

A partir desta investigação, conclui-se que a inexistência de projetos de incentivo à leitura para as crianças autistas salienta a falta de um bibliotecário nesta instituição para selecionar literaturas específicas ajustadas às necessidades desses indivíduos de modo a ajudá-los a alcançar bons resultados educativos, aplicando o método de leitura que julgue mais eficaz para melhorar suas competências cognitivas e sociais.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. J. X. et al. Biblioterapia aplicada em portadores de autismo. In: ENCONTRO UNIVERSITÁRIO DA UFC, 4, 2012, Juazeiro do Norte, CE. **Anais eletrônicos...** Juazeiro do Norte, CE: UFC, 2012. Disponível em: <<https://encontros.ufca.edu.br/index.php/encontros-universitarios/eu-2012/paper/download/1047/653>>. Acesso em: 5 ago. 2017.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ARANA, A. R. de A.; KLEBIS, A. B. S. O. A importância do incentivo à leitura para o processo de formação do aluno. In: Congresso Nacional de Educação, 12, 2015. **Anais...**, Curitiba: PUCPR, 2015.
- BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. (Org.). **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção.** Porto Alegre-RS: Artmed, 2002.
- BOSA, C. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v.28 (Supl.I), p.47-53, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbp/v28s1/a07v28s1.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista.** Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 03 set. 2017.
- BRASIL. Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- BRITO, Maria Claudia. **Análise do perfil comunicativo de alunos com transtornos do espectro autístico na interação com seus professores,** Bauru: Faculdade de Ciências Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem - UNESP, 2007. Monografia.
- CALDIN, C. F. A leitura como função terapêutica: biblioterapia. **Enc. Biblio: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf**, Florianópolis, n.12, p. 32-44, 2001.
- FERREIRA, D. T. Biblioterapia: uma prática para o desenvolvimento pessoal. **ETD-Educação Temática Digital**, Campinas-SP, v.4, n. 2, p. 35- 47, jun. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/620>> Acesso em: 7 ago. 2017.
- GADIA, C. A.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N. T. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. **Jornal de Pediatria Sociedade Brasileira de Pediatria**, v.80, n.2,

p. 83-94, c2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n2s0/v80n2Sa10>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. [online], v.28, n.1, p.3-11, 2006. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

KOMOSINSKI, L. M. G.; ZORDAN, E. P.; MENEGOLLA, C., Biblioterapia. **Rev. Língua e Literatura**, v. 10. n. 14, p. 85-100, jul. 2007.

LEITE, A. C. de O. Biblioteconomia e biblioterapia: possibilidades de atuação. **Revista de Educação**, v. 12, n.14, p.23-37, 2009.

MARCONI, M.de A.; LAKATOS, M. **Técnicas de Pesquisa**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, E. R. P. **Autismo na educação infantil**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso Pedagogia, Centro Universitário de São José – USJ, 2011. Disponível em:<<http://usj.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/tcc-Elis-Regina-Petry-Martins.pdf>>. Acesso em: 11 ago.2017.

MARTINS, G. T. Atendimento domiciliar a pacientes autistas e quadros assemelhados. In: FARIAS, A. K. C. R. de & colaboradores. **Análise comportamental clínica: aspectos teóricos e estudos de caso**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 1983. Disponível em: <<http://tpleitura.pbworks.com/w/file/attach/64335735/Maria%20Helena%20Martins%20O%20que%20%C3%A9%20leitura.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MELLO, A.M. S. R. de. **Autismo: guia prático**. 7.ed. São Paulo: AMA, 2007.

MENALI, S.M.G. **Autismo e professor: desafios educacionais e reflexões no processo de inclusão**. Campinas: UNICAMP, 2015. [Monografia]. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000951669>. Acesso em: 03 ago. 2017.

MOSQUERA, C. F. F.; TEIXEIRA, R. M. de M. O diagnóstico do autismo e a construção da linguagem no ensino da arte inclusivo. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba, v.1, p.1-141, 2010.

MUNHOZ, A. P.; MUNHOZ, D. P.; PIÑEIRO, H. M. da S.; RAMOS, C. R.; WYSE, T. L. da S. O bibliotecário enquanto agente cultural: promovendo a leitura por meio de ações recreativas. **Biblos**, Rio Grande, v.1, n.1, p.9-16, 2010.

NUNES, D. R. P; WALTER, E. C. Processos de leitura em educandos com Autismo: um estudo de revisão. **Rev. Bras. Ed. Esp.** [on line]: Marília, v. 22, n. 4, p. 619-632,

Out./Dez., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382016000400619&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 02 ago. 2017.

NUNES, Izonete et al. A importância do incentivo à leitura na visão dos professores da escola Walt Disney. **Revista eletrônica** [online]. 2012. Disponível em:<<http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/53/pdf>>. Acesso em: 02 set. 2017.

OLIVEIRA, Ana Lucia Carvalho Santos. Inclusão: direito de todos. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p.43-47, out. 2007/mar. 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000022517/64a6aad978e8956a7f6f4bfcca800852>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

OLIVEIRA, C. Um retrato do autismo no Brasil. **Espaço Aberto**, n.170, 2016. Disponível em:< <http://www.usp.br/espacoaberto/?cat=32>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

ORSINI, Maria Stella. O uso da literatura para fins terapêuticos: biblioterapia. **Comunicações e Artes**, n. 11, p. 139-149, 1982.

OUAKNIN, Marc-Alain. **Biblioterapia**. [São Paulo]: Loyola, [1996].

PAPIM, A. A. P.; SANCHES, K. G. **Autismo e inclusão: levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado em sua prática com crianças com Autismo**. Lins-SP: Centro Universitário Católico Salesiano Auxílium, 2013. [Monografia]. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56194.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

PELIN, L. **Estratégias para a inclusão de alunos com Transtorno do espectro autista**. Medianeira: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, 2013. Monografia.

ROQUE, C. L. B.; CANEDO. M. L. **A importância do incentivo à leitura nos primeiros anos da infância**. 2015. Disponível em:<https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccg/pibid/download/seminario_pibid_sudeste_201510_cassia_roque.pdf>. Acesso em: Acesso em: 07 ago. 2017.

SEITZ, Eva Maria. Biblioterapia: uma experiência com pacientes internados em clínicas médicas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina: Florianópolis**, v.11, n.1, p. 155-170, jan./jul., 2006.

SILVA, Maria da Conceição Lopes da Cruz e. **Aprendizagem da leitura e da escrita em crianças com perturbação do espectro do autismo: propostas pedagógicas**. Covilhã, 2011. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2112/1/Conceição%20Silva_Dissertação.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2018. Monografia.

SILVA, Maria Emília da; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. Leitura para portadores de deficiência com necessidades especiais: relato de uma experiência. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 7, n. 1/2, 2002. p. 148-156.

SOUZA, Adriano Caetano Guimarães de. **A biblioterapia como alternativa terapêutica no tratamento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Belém: Universidade Federal do Pará.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

Questionário aplicado aos professores do CRIE- (Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes) para fins de pesquisa com o objetivo de coletar informações sobre o incentivo à leitura de crianças autistas para um Trabalho de Conclusão de Curso TCC da aluna Claudilene Silva, discente do curso de Biblioteconomia da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.

Este questionário é composto de perguntas de múltipla escolha e abertas.

1) Qual a sua formação acadêmica?

2) Com que frequência trabalha a atividade de leitura com os alunos?

- Diariamente
- 1 vez por semana
- 1 vez a cada 15 dias

3) Como incentiva a leitura?

- Leitura compartilhada diariamente
- Roda de leitura
- Contação de histórias
- outros _____

4) Que tipo de livros/leituras você acha mais interessante para incentivar essa prática?

- histórias infantis
- textos ilustrados
- gibis
- parlendas
- fábulas
- outros. Quais?

5) Como as crianças reagem aos estímulos da leitura?

6) Quais projetos relacionados à leitura a escola já trabalhou?

7) o uso de equipamentos tecnológicos eletrônicos auxilia na leitura? Se resposta for sim, Quais?

- Não
- Sim _____



ANEXO A

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

[Mensagem de veto](#)

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

[Regulamento](#)

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I – a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV - (VETADO);

V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

VIII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

Parágrafo único. Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Art. 4º A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

Parágrafo único. Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, observar-se-á o que dispõe o [art. 4º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.](#)

Art. 5º A pessoa com transtorno do espectro autista não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição de pessoa com deficiência, conforme dispõe o [art. 14 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.](#)

Art. 6º (VETADO).

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

§ 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

§ 2º (VETADO).

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de dezembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Henrique Paim Fernandes
Miriam Belchior

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.12.2012